

Proposto corte em gastos militares

Relator do Orçamento Geral da União quer redução de despesas de NCz\$ 1,5 bilhão

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Pela primeira vez desde 67 o Congresso vai tentar fazer cortes nas despesas militares do Orçamento Geral da União, propostas pelo Executivo. A sugestão de corte foi feita pelo relator-geral do OGU de 90, deputado Eraldo Tinoco

(PFL-BA), no relatório preliminar que apresentou ontem à Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso.

Tinoco propôs cortes totais de NCz\$ 1,9 bilhão do orçamento, dos quais NCz\$ 1,5 bilhão nos investimentos dos ministérios militares — Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas. Esses recursos serão redistribuídos por outros ministérios, ficando os dos Transportes e Minas e Energia com as maiores parcelas na redistribuição. Transportes

receberá NCz\$ 670 milhões, e Minas e Energia NCz\$ 556 milhões.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) protestou contra os cortes nas despesas militares logo que Tinoco terminou a leitura de seu relatório. Gibson disse que não concorda com a redução das despesas, que poderão afetar programas como o desenvolvimento do caça AMX e a construção da base de lançamento de satélites de Alcântara, no Maranhão. Nesta fase, o relator não indica ainda quais os programas particulares que serão atingidos,

limitando-se a indicar os cortes globais.

Mesmo com a redução prevista no relatório, as Forças Armadas continuam a deter a maior parcela de recursos para investimentos com recursos do Tesouro, no orçamento de 90. De um total enviado ao Congresso, de NCz\$ 8,55 bilhões — aos quatro ministérios —, elas ficam com NCz\$ 7 bilhões. O Ministério dos Transportes, que recebeu NCz\$ 6 bilhões na proposta original, passa a ter NCz\$ 6,67 bilhões para investimentos, se for aprovado o relatório, que será

votado na quarta-feira. Todos os outros ministérios recebem menos do que esses dois.

Tinoco distribuiu os NCz\$ 400 milhões restantes de cortes entre diversos órgãos e ministérios, entre eles o Tribunal de Contas da União, que perde NCz\$ 21 milhões, ou 3,8% de seus recursos, e a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), antigo Conselho de Segurança Nacional, que perde NCz\$ 124 milhões, ou 29,8% de seus recursos. A Comissão Nacional de Energia Nuclear também perde NCz\$ 21 milhões,

ou 18,9% de seus recursos para investimentos (dos recursos totais, são apenas 3,4%).

No caso dos ministérios militares, o EMFA perde, na proposta de Tinoco, NCz\$ 85,5 milhões, o que significa 11% de seu orçamento total e 27% de seus investimentos. Para a Aeronáutica, essa relação fica em 5% do total e 19,3% dos investimentos (perda de NCz\$ 640 milhões), para a Marinha em 2,9% e 24,4% (corte de NCz\$ 340 milhões), e para o Exército em 3,2% e 10,7% (NCz\$ 430 milhões a menos).